

## EXCURSÕES AO CIBERATIVISMO: UMA ANÁLISE DE COMPREENSÕES CONCEITUAIS E TIPOLÓGICAS

### EXCURSIONS TO CYBERACTIVISM: AN ANALYSIS OF CONCEPTUAL AND TYPOLOGICAL UNDERSTANDINGS

Maria do Socorro Furtado Veloso<sup>1</sup>□

John Willian Lopes<sup>2</sup>□\*

#### RESUMO:

Neste artigo discutimos perspectivas conceituais e classificatórias que tentam compreender o ciberativismo, aqui entendido como práticas de mobilização e ação cidadãs nas redes de comunicação digital distribuída, que visam a interesses coletivos comuns. Por meio de pesquisa teórica, inicialmente confrontamos as posições mais comuns de estudiosos sobre a relação internet e participação política; em seguida, apontamos perspectivas do que se compreende por ciberativismo; e, por fim, relacionamos classificações tipológicas sobre os diferentes tipos desse fenômeno. O estudo levou à constatação de que as diferentes noções de ciberativismo permitem englobar tanto práticas consideradas emancipadoras, como o contrário; que as tipologias criadas das e para as análises dos fenômenos partem de determinado entendimento do conceito para dar conta da diversidade de manifestações e ações.

#### PALAVRAS-CHAVE:

Ciberativismo, conceitos, tipologias.

#### ABSTRACT:

In this paper we discuss conceptual and classificatory perspectives that attempt to understand cyberactivism, here understood as practices of citizen mobilization and action in distributed digital communication networks, aimed at common collective interests. By means of theoretical research, we initially confront the most common positions of researchers about internet and political participation relationship; then we point

1 \* Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). socorroveloso@uol.com.br

2 \*\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia e docente substituto do Departamento de Comunicação Social da UFRN. johnwillianlopes@ufrn.edu.br

out perspectives of what is understood by cyberactivism; lastly, we relate typological classifications about the different types of this phenomenon. The results showed that the different notions of cyberactivism allow to encompass both emancipatory and non-emancipatory practices; that the typologies created from and for phenomenon analysis originate from a certain understanding of the concept to account for the diversity of manifestations and actions related to it.

**KEYWORDS:**

Cyberactivism, concepts, typologies.

**INTRODUÇÃO**

A partir do desenvolvimento da World Wide Web, no início da década de 1990, e de suas primeiras aplicações populares, como os navegadores Mosaic e Netscape Navigator, muito se tem discutido sobre como as sociedades estão agindo em relação a essa “nova coisa”, imaginada e criada por e para elas. Essa “nova coisa”, diz Scolari (2008), cresce exponencialmente com uma estrutura aberta que a converte em um grande organismo vivo e dinâmico, sempre em evolução.

A internet torna-se a rede de redes no período em que ocorre um deslocamento da computação para a comunicação, quando “os computadores deixam de ser vistos como gigantescos cérebros eletrônicos destinados a resolver problemas matemáticos para ser considerados dispositivos de comunicação” (SCOLARI, 2008, p. 91, tradução nossa). De dispositivo de monitoramento e controle nas mãos de militares americanos, e de colaboração científica entre universidades, passa a configurar-se como uma rede de comunicação distribuída, observam Malini e Antoun (2013). Daí emerge uma cultura nova não associada às universidades e nem aos militares, com cooperação social que faz da internet um meio de vida, “um dispositivo de produção de relações, de afetos, de cooperação e de trocas de conhecimentos micropolíticos” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 17).

Essa mutação tecnológica vem alterando rapidamente os sistemas de comunicação global, o modo como as pessoas trocam informações, mas não somente esse aspecto da vida. Na comunicação mediada em rede por meio de computadores, confluem diferentes estilos comunicacionais: um a muitos, um a um, muitos a um e muitos a muitos (SCOLARI, 2008). Assim, pelo acesso à internet é possível alcançar uma esfera pública ampliada de debate e discussão, e com suas aplicações diversas figura-se entre um conjunto de dispositivos que podem ser usados para o labor do trabalho ativista, alternativo

e progressista por aqueles que operam às margens de governos e espaços corporativos (HARP; BACHMANN; GUO, 2012).

Aos passos dessas mudanças afloram as inquietações de estudiosos de várias áreas, que procuram compreender o funcionamento das sociedades em diferentes âmbitos da vida, discutindo, à sua maneira, o que emerge e como isso emerge desse novo contexto social. Diante do exposto, este texto busca apresentar e discutir diferentes compreensões acerca da noção de ciberativismo, entendido aqui como um conjunto de práticas de mobilização e ação cidadãs em e nas redes de comunicação digital distribuída que miram no interesse coletivo comum. Para tanto, recorreremos à literatura, a partir de uma revisão não sistemática, narrativa (ROTHER, 2007), que intenta dar conta dos fenômenos ciberativistas por meio de perspectivas conceituais e classificatórias diversas.

Desse modo, percorremos as posições comuns de estudiosos quanto à relação entre internet e participação política - primeira parte; as perspectivas para se compreender o ciberativismo - segunda parte; e as propostas de tipologias a partir de tipos distintos do fenômeno. É importante apontar que as conceituações e, principalmente, as categorizações com as quais se dialoga compõem um contexto sócio-histórico-político que se estende até meados da segunda década deste século.

## **INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Em um estudo que explora os impactos de sites de campanhas sobre o engajamento cívico e eleitoral, Park e Perry (2008) realizam uma síntese das pesquisas sobre as consequências das tecnologias digitais de informação e comunicação na vida cívico-política. Eles constatam que os argumentos na literatura então disponível refletem três diferentes perspectivas: otimismo, pessimismo e ceticismo. Para os otimistas, a internet tem um papel positivo determinante, envolvendo mais pessoas na vida pública, facilitando a formação de redes sociais (capital social) e contribuindo para a democracia participativa e deliberativa. Park e Perry (2008) enfatizam a redução de custos (obtenção e disseminação de informações políticas de forma oportuna e eficiente); as mobilizações possíveis pela internet para transformar e reinventar governos e revitalizar a democracia deliberativa; a oportunidade a grupos marginalizados e minorizados para se fazerem ouvir na esfera pública.

Os pessimistas veem a internet com um papel negativo determinante. Argumentam que reforça e não transforma as relações de poder existentes ou os padrões de participação política, facilitando o engajamento cívico daqueles que já estão informados e motivados. Isso porque seria menos provável mobilizar os desvinculados, porém mais fácil reforçar os atores políticos estabelecidos, que são os que podem aproveitar melhor o uso da informação política na rede; aprofundaria a chamada divisão digital entre os ricos e os pobres de informação (PARK; PERRY, 2008).

Os céticos sugerem uma visão cautelosa da internet, pois sustentam que apesar do potencial, ela não necessariamente facilita ou destrói o engajamento cívico, mas reflete uma “política como de costume”. Apesar da redução de custos de obtenção de informações e a melhora da disponibilidade delas, isso não reflete, substancialmente, uma relação com votações e engajamento político. Assim, a internet não suprime o engajamento cívico e nem facilita o capital social, há uma normalização do espaço digital, que assume as características da “vida comum”.

O trabalho de Earl *et al.* (2010) também aponta as posições de três diferentes grupos de estudiosos em relação ao impacto do que chamam de ativismo on-line sobre os movimentos sociais, sobre o quanto o uso da internet altera os processos que dirigem a ação coletiva e também sobre a utilidade das teorias do movimento social em vigência. Um dos grupos defende que não há nenhum impacto e sugere que, em longo prazo, o uso da internet não resultará um efeito duradouro nos processos de movimentos sociais; premia os laços de confiança e de compromisso construídos entre ativistas por meio das interações face a face, bem como argumenta que a divisão digital enfraquece os impactos da internet no ativismo ou pode até desautorizar ainda mais os que não têm acesso a ela. Assim, essa perspectiva sugere que as atuais abordagens teóricas podem ser aplicadas sem problemas.

Outra linha de pesquisadores acredita em uma mudança mais fundamental, pois alguns usos da internet podem alterar consistentemente a dinâmica do ativismo. E favorecem mudanças de modelos, visto que as explicações e pressupostos teóricos básicos do movimento social não dão conta facilmente das dinâmicas de alguns tipos de ativismo na e pela rede. Nesse sentido, esse grupo sugere que a avaliação dos processos dos movimentos sociais precisa ser revista, pensada fora dos modelos teóricos dominantes e de paradigmas uníssonos (LANGMAN; MORRIS, 2002). Entre esses dois polos está a maioria dos grupos de estudiosos que defendem uma simples acentuação resultante do impacto

da internet sobre o ativismo; reconhecem diferenças nas formas de organização on-line e off-line, mas situam que elas tendem a ser em grau e isso não exige, necessariamente, novas explicações teóricas ou alterações fundamentais naquelas em voga. Os efeitos estão relacionados à escala, porque o uso da internet acentua ou acelera os processos já reconhecidos de ativismo.

Boulianne (2009) também apresenta uma revisão dessas posições e verifica que há grupos de estudiosos que argumentam que a adoção da internet contribui para o declínio cívico e outros que consideram o seu papel como importante para o robustecimento da vida cívica. Mas, em geral, verifica que “há pouca evidência para apoiar o argumento de que o uso da internet está contribuindo para o declínio cívico” (BOULIANNE, 2009, p. 205, tradução nossa), ou seja, o efeito parece ser mais positivo no envolvimento cívico e político.

A difusão paralela ao redor do mundo da mídia social e da agitação social tem suscitado uma série de questionamentos sobre o papel das mídias sociais no desenvolvimento de protestos, dissidências e outras formas de política contenciosa. Para Valenzuela (2013), as respostas a tais questionamentos estão aglutinadas em torno de um campo cético, que “desconsidera as mídias sociais como ferramenta para a mudança política”, e de outro convencido, o qual “vê as mídias sociais como centrais para o ativismo político moderno” (VALENZUELA, 2013, p. 921, tradução nossa).

O autor aponta que a questão provocada pelo uso das mídias sociais como relacionado ou não à ação política tornou-se equivocada, considerando que vários estudos acumulados ao longo dos anos têm mostrado uma profusão de evidências sugerindo que usuários frequentes de mídias sociais se envolvem em atividades cívicas e políticas. Assim, torna-se mais importante saber como e sob que condições as novas mídias (plataformas) digitais se relacionam com o ativismo cidadão e o protesto político, como o uso delas se traduz em aumento da atividade política.

Esse tipo de debate parece sempre aflorar juntamente com a ocorrência de uma mutação tecnológica. E essa passa sempre por determinadas etapas de desconfiança e preconceito, como sugere Silva (2013). Cada vez que surge determinada tecnologia, ela se torna objeto do discurso das instituições sociais formando parte de uma trama cultural na qual poder e conhecimento se misturam, o que contribui para ressignificá-la (SCOLARI, 2008).

Com isso, torna-se inevitável e substancial tratar de discussões dessa natureza, uma vez que os movimentos sociais têm incorporado os avanços em termos tecnológicos tanto a suas estruturas organizativas como a suas ações reivindicativas (TILLY; WOOD, 2010). Nesse sentido, é preciso advertir sobre a necessidade de se evitar o determinismo tecnológico e manter uma postura cética, como sustentam Tilly e Wood (2010), que consideram que a influência das tecnologias estará sempre condicionada pelas culturas, práticas e competências de seus usuários, e pelas rotinas organizativas.

## PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DO CIBERATIVISMO

O ciberativismo, enquanto ação, surge em meados da década de 1980 juntamente com a invenção do ciberespaço no período da história da “pré-web” (WRAY, 1998). A ideia de ciberespaço é traçada por William Gibson, em *Neuromancer* (1984), para se referir a esse território virtual de trocas, produção comum de linguagens e ações coletivas. A emergência do ciberativismo cria o ciberespaço com a formação das comunidades virtuais (RHEINGOLD, 2004), uma nova estrutura de organização social, rompendo com o ativismo social até ali realizado no campo comunicacional (MALINI; ANTOUN, 2013). Nesse sentido, lembra Silveira (2010) que o fenômeno do ciberativismo se confunde com a própria expansão da internet.

Paralelo ao desenvolvimento dos dispositivos digitais e redes de comunicação, surgem os primeiros estudos ciberculturais. Esse momento inicial de reflexões, chamado de “cibercultura popular”, é marcado por um pensamento de origem jornalística, de natureza descritiva e um dualismo limitado com uma visão da internet como nova fronteira (SCOLARI, 2008). A partir do novo século, a reflexão teórica começa a dar espaço para os chamados “estudos da internet”, com notável aumento na quantidade de publicações dedicadas ao assunto.

No campo comunicacional, o tema do ciberativismo no Brasil aparentemente vem se mantendo estável dentro do escopo geral, com certa regularidade no número de trabalhos publicados (AMARAL; MONTARDO, 2010, 2011, 2012). Já as compreensões do que seja o ciberativismo são plurais, ou seja, os esforços para conceituá-lo e as tentativas de categorização se diversificam, assim como os próprios termos preferidos pelos autores - como “ativismo digital”, “ativismo on-line”, “ativismo na internet”, “ativismo em rede”, “cibermilitância”, “net-ativismo”, “webativismo”. Muitos trabalhos utilizam

indistintamente esses termos postos como conceitos, o que, de certo modo, dificulta as tentativas de se compreender rumos teóricos gerais do ciberativismo.

Neste estudo, optamos pelo termo ciberativismo, sob seu guarda-chuva integramos as diferentes conceituações herdeiras de acepções teóricas múltiplas. Reforçamos que não há pretensão de canalizar ou remediar essas conceituações diversas para uma mesma noção; a ação é operativa, no sentido de demonstrar entendimentos diferentes a partir de um objeto inicial comum de discussão. Outra advertência é que embora se apresente como revisão de literatura, este texto não dá conta da finidade de pensamentos sobre o ciberativismo; por essa razão, evocamos aqueles autores que apresentam certa recorrência nos trabalhos sobre a temática - e outros que fornecem elementos para a problematização.

Alguns autores propõem conceitos mais gerais do que seja o ciberativismo. Earl *et al.* (2010) entendem que a prática do ciberativismo - chamado de ativismo na internet - refere-se à toda ação realizada on-line por usuários que visa a encaminhar os esforços coletivos para a mudança social. Significa qualquer mobilização que se arranja de forma on-line para promover a defesa coletiva de uma causa, incluindo a ação organizadora e participante. Outros compreendem o ciberativismo como a utilização da internet em ações por movimentos politicamente motivados (DENNING, 2001; VEGH, 2003), visando ao alcance de metas tradicionais ou o embate contra as injustiças que ocorrem na própria rede (RIGITANO, 2003, 2005).

Diferentemente dessa última compreensão, a formulação de Silveira (2010) amplia o conceito, que diz respeito ao conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais que são realizadas nas redes cibernéticas, em especial na internet. Nesse sentido, ressalta Araújo (2013), entender o ciberativismo apenas como um conjunto de práticas de ações orientadas politicamente, bem como a migração delas para as formas de comunicação em rede, sem ressignificá-las diante das novas apropriações dos atores sociais, parece problemático. Retomando o histórico das práticas ciberativistas e baseando-se em concepções existentes sobre o ciberativismo - algumas acionadas aqui -, Araújo (2013) acrescenta à definição anterior a intenção que envolve ampliar os significados sociais por meio da circulação de discursos e ferramentas na rede, com vistas à colaboração da causa defendida. Argumenta que essa conceituação menos restritiva relaciona-se à nova cultura de mobilização, que é mais difusa, horizontalizada e heterogênea. Como enfatiza Silveira (2010), várias são

as demonstrações de práticas ciberativistas realizadas nas redes, não só políticas - semelhante à Earl *et al.* (2010) -, e esse enquadramento tradicional, típico do mundo industrial, embora possível, é igualmente problemático diante da multiplicidade de iniciativas na sociedade informacional.

Os sujeitos identificados com causas e comprometimentos comuns, explica Moraes (2001), representam a pluralidade de vozes que se somam no espaço digital, a partir da variedade de campos de interesse, de metodologias de atuação, de horizontes estratégicos e raios de abrangência. O autor não apresenta uma definição do conceito de ciberativismo - e utiliza outros termos, ativismo digital, cibermilitância, como equivalentes à uma mesma prática -, mas enfatiza que a internet veio dinamizar os embates em favor da justiça social, bem como os esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública.

Essa perspectiva vai ao encontro do entendimento de Lemos (2003), ao concordar também que as redes proporcionam às vozes autônomas que se pronunciem sem submissões aos tradicionais filtros, mobilizando, informando e agindo. Organizando ações independentes, livres e difundindo informações e reivindicações de diferentes frentes (políticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais, tecnológicas) sem mediações, buscando o interesse comum pela coisa pública e criando formas de participação. Nessa linha, pode-se entender o ciberativismo por redes de cidadãos que confrontam o monopólio dos Estados e corporações, criando arenas para expressar ideias, valores, agir sobre o espaço das cidades ou desestabilizar instituições via ataques virtuais, ou hacktivismo (LEMONS, 2003).

Atentos ao desenvolvimento da comunicação mediada por computador que ocorria entre o final do século XX e início do XXI, em um contexto de globalização, Langman e Morris (2002) registraram a emergência de diversas organizações não governamentais de caráter transnacional e bases democráticas. Mediadas pela internet, essas organizações foram pensadas como movimentos sociais interconectados em rede, “organizados por meio de ‘redes mobilizadoras’ ou coordenação de estruturas que medeiam e articulam novas formas de identidades e estratégias de participação em ação que contestam as atuais condições social/global” (LANGMAN; MORRIS, 2002, tradução nossa).

Com o surgimento desses movimentos, e de suas redes de mobilização participativa, outras formas de políticas democráticas foram produzidas, integrando conjuntamente

estruturas e estratégias de movimentos anteriores e ampliando novas direções possíveis para os movimentos sociais. Nessa concepção, grandes redes de mobilização de movimentos são traçadas em redes de comunicação complexa (on-line-off-line), que informam o campo complexo, disperso e de rápida mudança da organização, da coordenação e construção de questões. Assim, esses movimentos interconectados buscam formas de participação e intervenção nos temas de interesse público comum, sejam sociais, políticos, econômicos, culturais ou ambientais.

Uma das concepções a que se frequentemente recorre sobre o estudo do ciberativismo é a formulada por Ugarte (2007), que parte da ideia da rede enquanto estrutura distribuída que favorece possibilidades de mudanças nas próprias estruturas de poder. Isso porque, com essa nova configuração, que passa da rede com fluxo comunicacional descentralizado para o distribuído, amplia-se a capacidade para transmitir, que é condição prévia para a ação ciberativista. Os filtros se exaurem nesse novo ecossistema midiático e o poder informativo é redistribuído entre os cidadãos, encerrando a divisão entre emissores-receptores e diminuindo o monopólio da representação da realidade dos grupos midiáticos tradicionais. A rede oferece oportunamente estruturas para as mobilizações escaparem do poder institucional (LANGMAN; MORRIS, 2002), e isso reforça também os campos de resistência à concentração da mídia (LEMOS, 2003; MORAES, 2001).

Nesse sentido, atualmente, o ciberativismo é baseado no desenvolvimento de três vias unidas pelo que chama de “empoderamento de pessoas” - *empowering people* -, que são o discurso, as ferramentas e a visibilidade. Na via do discurso, que define o ciberativismo como uma forma de “*hacking social*”, os novos relatos individuais constroem os significados que são compartilhados, sem a necessidade de um filtro. Quanto às ferramentas, é importante desenvolvê-las porque tornam visível a possibilidade do *hacking social* aos indivíduos. A via da visibilidade é o ápice dessa estratégia, pois os sujeitos devem se reconhecer uns nos outros, por meio das ferramentas pensadas.

Desse modo, partindo dessas vias, Ugarte (2007, p. 66, tradução nossa) assevera que o ciberativista é alguém que utiliza a internet “para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições”. O ciberativismo é, portanto, qualquer estratégia que busca mudar a agenda pública e incluir novos temas na discussão social.

Essa noção, das ações comunicacionais de agentes múltiplos e autônomos nas redes interativas distribuídas capazes de fazer rever as próprias estruturas de poder, encontra eco nas postulações sobre o ciberativismo de Malini e Antoun (2013), que veem aí aspiração à possibilidade de uma emancipação social. Isso reforça a constatação de mudanças significativas “nas relações sociais e na base organizacional das comunidades por meio do acesso do indivíduo comum às redes” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 83). Entre essas mudanças, a passagem das “massas” às “multidões” que, integradas em redes distribuídas, organizam o espaço digital. Ressaltam que mesmo quando formam um *swarming*, esses grupos constituem em seu interior outros menores pelas afinidades, por aspectos identitários, como ressalta Ugarte (2007).

Para Malini e Antoun (2013), enquanto campo social, a internet não está isenta das disputas pela liberdade, pelo exercício do poder e do contrapoder. A concepção de biopoder na internet refere-se à liberdade negativa, que regula, mercantiliza e é contra a autonomia da vida, e que se apropria da riqueza produzida em comum. Mas essa dominação encontra limites e resistências. Contrária a essa lógica está a liberdade positiva, a biopolítica da rede, que se afigura como a potência da vida governar-se (MALINI; ANTOUN, 2013), e na qual se encontram as práticas ciberativistas.

A capacidade de desenvolver um processo de comunicação autônoma é fundamental para os movimentos sociais contemporâneos em rede, considerando que está relacionado à existência deles, afirma Castells (2012). Essa autonomia sustenta a mudança dos ambientes comunicacionais e afeta as normas de construção de significados e a produção das relações de poder que estão incrustadas nas instituições. As contradições e conflitos propiciam que atores sociais desafiem o poder embutido nessas instituições a fim de reivindicar a representação dos seus valores e interesses próprios, formando o contrapoder, entendido como a tentativa de se alterar as relações de poder (CASTELLS, 2012). Nesse sentido, sendo os meios de comunicação de massa dominados por governos e empresas de mídia, é nas redes da internet e plataformas de comunicação sem fio que a autonomia da comunicação será construída.

Para entender as novas formas de conflitualidades sociais criadas pelos movimentos de ação direta com práticas sociais e comunicativas específicas, Di Felice (2013) propõe uma mudança de perspectiva em relação aos modos de compreensão do ativismo digital em e na rede. Assim, sugere que a noção que se tem de ciberativismo, originária dos anos 1990, é aliada às especificidades da primeira fase desse tipo de ativismo

mediático, que de modo geral refere-se a simples incorporação da internet aos processos comunicativos.

Nesse sentido, Di Felice (2013, p. 54, grifos no original) adota e reinterpreta a terminologia “net-ativismo” para analisar “uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade”. Adverte que essa forma net-ativista se caracteriza pelo empenho em direção a uma identidade cidadã global que habita as redes digitais e não nega a diversidade local, com pautas reivindicatórias que refletem as necessidades comuns a todos.

Parece elementar, para De Felice (2013), pensar a comunicação nas redes pela concepção do diálogo (entre diversos actantes, humanos e não humanos), com uma estrutura informativa que se desloca ao se comunicar, constituindo-se como forma criadora, diferindo-se da concepção disseminativa, que não permite “narrar a ecologia reticular que forma as ações net-ativistas, nem entender as particularidades de suas interações estendidas em uma pluralidade conectiva de ambiências” (DI FELICE, 2013, p. 65).

Esse deslocamento terminológico e conceitual do ciberativismo é objeto presente na reflexão de Condorelli (2015), que propõe a subsunção do conceito de ciberativismo, focado no uso estratégico das tecnologias digitais para mobilizações políticas, pelo de “biopolítica digital”, como produção incessante e imanente do comum nas e pelas redes digitais. Para o autor, o conceito de ciberativismo contemporâneo refere-se a um conjunto amplo e heterogêneo de práticas, e seria fruto de um imaginário hegemônico entre usuários e correntes de pensamento comunicacional e social que associam a disputa pela autonomia e autovalorização das subjetividades em rede às mobilizações de causas variadas.

Caminhando por esse entendimento, o caráter englobante do conceito de ciberativismo tenderá a compreender também práticas que não promovem necessariamente o aumento da potência de vida (CONDORELLI, 2015); isto é, que, de modo contrário, podem ser cerceadoras e castradoras da capacidade de indivíduos e grupos de existir e agir. Se por um lado há na internet um potencial democrático, por outro há também um que é antidemocrático. Ao passo que um grande contingente de pessoas se mobiliza pela internet para fins sociais progressistas, diferentes forças fascistas, racistas e antidemocráticas também a utilizam (LANGMAN; MORRIS, 2002).

Essas práticas, ressalta Condorelli (2015, p. 7), podem ser consideradas formas de ciberativismo - no sentido corrente - porque “manifestam usos estratégicos das tecnologias de comunicação para a organização e ação coletivas em torno de determinadas causas”. Assevera ainda que mesmo as práticas nas e em redes digitais consideradas emancipatórias de autogoverno e aumento da potência de vida, não necessariamente estão livres de mecanismos, processos e relações de controle e de dominação que se expressam em algumas lógicas de usos das redes, comportamentos e hábitos. “Não é possível, portanto, associar automática e necessariamente o que muitos usuários da internet e vários autores chamam ciberativismo com um uso biopolítico das redes digitais” (CONDORELLI, 2015, p. 10). De tal forma, é possível pensar como Ugarte (2007, p. 109, tradução nossa), que “sob toda arquitetura informacional se esconde uma estrutura de poder”.

## TAXIONOMIAS DO CIBERATIVISMO

É possível compreender que são diversos os entendimentos de pesquisadores sobre o ciberativismo e essa pluralidade de concepções espelha também as categorizações diversificadas de tipos desse fenômeno. Várias das divergências entre os estudiosos relacionam-se, em certa medida, com o fato de estudarem formas diferentes de mobilizações na internet, além dos contextos nos quais as classificações foram engendradas e, claro, com as formulações teórico-conceituais de ciberativismo que sustentam seus estudos. Um aspecto que salta quando verificamos alguns trabalhos é que há tipos de ativismo na internet que são mais recorrentes, enquanto objetos de estudo, do que outros - como o chamado hacktivismo. Tomando essas considerações, apresentam-se aqui algumas classificações tipológicas correntes na literatura das formas de ciberativismo.

Earl *et al.* (2010, p. 428, tradução nossa) introduzem uma tipologia com quatro categorias úteis à descrição dos principais tipos de ciberativismo que são examinados em pesquisas existentes. Tais categorias são pensadas como tipos ideais para “identificar uma variedade de ações, ferramentas e usos que têm mais em comum uns com os outros do que com outras categorias”. Assim, chegam às categorias de **folheto digital** (*brochure-ware*), **facilitação on-line do ativismo off-line**, **participação on-line** e **organização on-line**.

O **folheto digital** corresponde à distribuição de informações por meio de *sites* e listas de discussão, entre outros. O conteúdo da informação distribuída pode variar entre

informações logísticas, sobre a causa, a organização de movimentos sociais, ideologias. Nesse tipo de ativismo, concebe-se a internet menos como um meio interativo do que como um canal de difusão de informações. Este tipo de ativismo na internet é um dos mais investigados por pesquisadores, que tendem a encontrar ou não impactos reais destes sobre mudanças qualitativas na organização de movimentos sociais, ou impactos relacionados à escala.

A **facilitação on-line do ativismo off-line** refere-se a apoios logísticos, recrutamento para eventos de protestos off-line por meio do fornecimento de informações. Há tanto implementações mais simples quanto aquelas mais complexas. Esse tipo de ativismo na internet é o mais frequentemente estudado. A maioria dos pesquisadores concorda que as mudanças predominantes estão relacionadas à escala, e nenhum deles enfatiza a necessidade de novas explicações teóricas ou mesmo mudanças de modelos para compreender esses desenvolvimentos (EARL *et al.*, 2010).

A **participação on-line** proporciona alguns caminhos para a participação enquanto as pessoas estão conectadas, como as petições on-line, ações de negação de serviço por meio de *sit-ins* virtuais (ataques virtuais distribuídos). Há, nesse tipo de participação, ações que envolvem formas tecnicamente menos complicadas e outras que exigem mais recursos e conhecimentos técnicos. Os estudos relacionados, além de verificarem mudanças relacionadas à escala, apontam para possíveis alterações de modelos de análise.

A **organização on-line de campanhas e movimentos** compõe o que os autores chamam de **e-movimentos**, ou seja, ações que ocorrem exclusivamente na internet sem relações com aquelas off-line. Nesse tipo, todos os aspectos da organização ocorrem virtualmente, sem necessidade de coordenação face a face ou copresencial de líderes de movimentos e eventos. Earl *et al.* (2010) destacam que esse tipo de ativismo na internet é o menos estudado dos quatro apresentados. Não obstante, verificou-se que os poucos estudos apontam para mudanças notáveis de modelos de análise das dinâmicas das ações coletivas. Em relação aos estudos que apontam para mudanças correspondentes à escala, há, por exemplo, aqueles que demonstram que determinados movimentos on-line utilizam a internet para se organizar de forma mais eficaz, mas sem grandes alterações nos processos organizacionais em si.

Valencia Rincón (2014) aponta múltiplas expressões e atores como movimentos sociais na internet, apresentando e categorizando as orientações ideológicas fundamentais de

suas vertentes. Considerando que vários movimentos utilizam a rede com finalidades que a transcendem, o autor direciona sua observação aos grupos que se interessam pelos temas da internet, direito à comunicação e liberdade de expressão como seus objetivos e insatisfações.

Assim, o autor propõe uma descrição tipológica das várias vertentes, como a dos **defensores da privacidade**, preocupados com o direito cidadão à privacidade; **antimarcas**, que objetiva a justiça e o controle no mercado; **lacuna digital**, que busca igualdade no acesso às tecnologias e informações; **software livre**, que objetiva a criatividade e a livre concorrência; **copyleft e digital commons**, que defendem a livre disponibilidade de uso, modificação e distribuição de ferramentas informáticas e outros tipos de produção imaterial; **hackers e hacktivistas**, que se opõem às condições impostas pelos mercados e governos; **criadores de vírus**, que confrontam o capitalismo global, as próprias redes e as instituições estatais.

Millaleo e Velasco (2013) analisam o que chamam de ativismo digital, considerando tanto as dimensões tecnológicas das relações como as simbólicas das formas discursivas, tomando como *locus* as iniciativas realizadas no Chile. A classificação tipológica do ativismo digital dos autores baseia-se na interatividade, que depende principalmente do nível técnico das plataformas de mediação e na identidade, pois na aproximação com os públicos, as práticas de ação coletiva não podem dissociar-se daqueles aos quais se dirige, determinando a esses públicos suas práticas e apresentação. As formas de ativismo digital dependerão, portanto, de dois fatores: se a interatividade é alta ou baixa e se a identidade é global (generalizada) ou específica a certos grupos (focalizada).

Assim, as categorias propostas para a análise da temática, cada uma com dois valores possíveis, são denominadas de: **meta-ativismo**, **ativismo de empoderamento**, **ativismo de janela** e **ativismo de guerrilha** (MILLALEO; VELASCO, 2013). No **meta-ativismo** não se apela para identidades específicas, mas sim generalizadas/globais, e apresenta também uma baixa interatividade em suas funcionalidades técnicas com os usuários; o **ativismo de empoderamento** também não faz referências identitárias específicas, todavia supõe uma alta interatividade para os usuários; já o **ativismo de janela**, ao contrário dos anteriores, trata do ativismo de identidades focalizadas, seja dentro dos seus públicos ou no conteúdo dos discursos, mas configura-se com baixa interatividade para os usuários; e o **ativismo de guerrilha**, que se refere a um discurso de uma identidade

específica e, diferentemente do anterior, proporciona aos usuários diversos recursos para uma alta interatividade.

Partindo de uma compreensão da rede como estrutura distribuída de informação, Ugarte (2007), ao situar o ciberativismo como estratégia para mudança da agenda pública ao alcance de visibilidade social de pessoas, grupos ou causas, defende a existência de duas formas básicas de empregá-la: **campanha** e **swarming**. A diferença substancial entre ambas é a existência ou não de um nodo dinamizador no decorrer do processo - que põe em estado de força, recorrendo à etimologia da palavra.

A primeira forma segue a lógica de **campanha**, construindo um centro para a proposição de ações organizadas e a difusão de ideias. Nesse tipo de estratégia, as pessoas são convidadas para aderir e não para idealizar uma campanha. Nesse sentido, cada indivíduo - nodo - pode contribuir com algo para melhorar a visibilidade da campanha. Essa forma, na perspectiva do autor, é a mais frequente entre as ocorrências na rede.

A outra forma estratégica do ciberativismo é a criação de um **swarming**, um enxameamento. Nela, procura-se gerar um grande debate social distribuído, em que as consequências disso não podem ser imediatamente previstas. Assim, a partir de um tema, espera-se um processo deliberativo seguido de um novo consenso social.

Pesquisando as formas de ativismo on-line, Sandor Vegh (2003) constrói um modelo de análise da utilização da internet por movimentos politicamente motivados. O ativismo on-line é, para o autor, composto de ações proativas para atingir um determinado objetivo ou de ações reativas contra os controles impostos a ele. Assim, os tipos de ativismo da internet são categorizados em três grandes áreas: **conscientização/apoio**, **organização/mobilização** e **ação/reação**. Essa tipologia, destaca “ênfata a direção da iniciativa - se ela envia ou recebe informação, chama à ação ou é chamada, ou inicia uma ação ou reage a ela” (VEGH, 2003, p. 72, tradução nossa).

Na primeira categoria, **conscientização/apoio**, Vegh (2003) sustenta que a internet pode servir como fonte alternativa de informações aos canais tradicionais controlados por grupos com interesses contrários aos dos ativistas, que, frequentemente, não relatam, deturpam ou subnotificam as questões dos movimentos ativistas. Essa distribuição de informações cria redes que podem levar à organização e à mobilização de ações on-line-off-line.

A categoria de **organização/mobilização** refere-se à utilização da internet em proveito de uma dada ação e inclui três formas de mobilização: na primeira, pode ser usada para chamar para ação off-line; na segunda, a internet pode ser utilizada para ações que normalmente acontecem off-line, mas que podem ser mais eficientes se feitas on-line; na terceira forma, pode ser usada para chamar as pessoas para ações que só podem ser realizadas on-line, como uma campanha maciça de envio de *spams*.

Na última categoria estão as iniciativas de **ação/reação** on-line. Comumente, a utilização mais proativa e agressiva da internet para alcançar metas, tanto política quanto financeiramente motivadas, é também denominada de hacktivismo, ativismo *hacker*. As ações sustentadas como hacktivismo são, geralmente, rotuladas como *cyberwar* (ciberguerra) e boa parcela deve-se ao tratamento midiático dos meios tradicionais. Além disso, o uso e a conotação dos termos variam também de acordo com a fonte real da natureza desses conceitos - os militares, por exemplo, denunciam o hacktivismo como cibercrime, ciberterrorismo. O hacktivismo “é uma ação on-line de incidência única politicamente motivada, ou uma campanha dela, tomada por atores não estatais em retaliação para expressar desaprovação ou para chamar a atenção para uma questão defendida pelos ativistas” (VEGH, 2003, p. 83, tradução nossa).

Langman e Morris (2002) oferecem uma proposta de classificação do ciberativismo a partir da análise de coalizões entre diferentes movimentos sociais interconectados. Orientam sua tipologia pela combinação dos tipos de ação social em relação à internet, se por meio da internet (a internet como ferramenta) ou na internet (a internet como espaço social ou local de contestação); e de esfera social, se econômica, política-relacional e cultural. Assim, propõem dividindo-a em: **internetworking** (interconexão em rede), **fluxos de capital e informação**, **mídia alternativa**, **ciberativismo direto** (hacktivismo), **contestação e construção da internet e comunidades on-line**.

No primeiro tipo, **internetworking** (interconexão em rede), a internet amplia o alcance das lutas que existem, bem como permite aos movimentos já estabelecidos a expansão, novas organizações e ações. Tanto organizações tradicionais de movimentos quanto novas mantêm e organizam recursos on-line de diferentes maneiras. Os tipos de **fluxos de capital e informação** correspondem às atividades econômicas e ao gerenciamento de recursos de informações baseados na internet. No tipo de **mídia alternativa**, as organizações de movimentos usam a rede de mídia como fonte alternativa de informação

para recrutar, informar e envolver membros, isso tudo de modo descentralizado e pouco sujeito à censura e controle governamental ou corporativo.

Esses três primeiros tipos são enquadrados pelos autores como ações por meio da internet. Diferentemente deles, o **ciberativismo direto** é um tipo na internet, no qual os movimentos utilizam as e-tecnologias disruptivamente contra indústrias e organizações globais, por meio da desobediência civil eletrônica. Assim, o hacktivismismo é uma ciberatividade direta, que apropria ou perturba as tecnologias para fins tanto pessoais como políticos. A **contestação e construção da internet** refere-se às iniciativas que buscam estruturar e regular o acesso a ela, como o movimento de *software* livre, que procura manter os recursos informativos públicos por meio de esforços de programação, e outros grupos que lutam contra a divisão digital. A última categoria corresponde à formação de **comunidades alternativas on-line**, que constituem relações e fornecem várias recompensas sociais. Nessas comunidades há pessoas interessadas nos aspectos comunitários das relações na rede, indo ao encontro dos objetivos dos movimentos que percebem tais aspectos como integrantes de uma política progressista.

Levando em conta a progressão de danos e perturbações causadas, Dorothy Denning (2001) propõe três classes para catalogar as atividades on-line. Ela examina como **ativistas, hacktivistas e ciberterroristas** usam a internet e quais as influências exercidas sobre os *policymakers*, ou formuladores de políticas públicas. Para a autora, o **ativismo** refere-se ao uso não disruptivo da internet, ou seja, uso “normal” em apoio de uma causa ou agenda, como construir e publicar *sites*, transmitir publicações por e-mail, usar a rede para discutir questões, construir coalizões, planejar e coordenar atividades. Já o **hacktivismismo**, refere-se à união da atividade *hacker* com o ativismo. Entre algumas operações presentes nessa categoria, pode-se mencionar aquelas que usam técnicas de *hacking* contra uma determinada página, interrompendo suas operações, mas sem causar grandes danos.

Essa proposição se assemelha àquela apresentada por Vegh (2003), **ação/reação**, principalmente pela descrição do caráter subversivo das iniciativas às lógicas da internet. O autor, todavia, não toma como distantes hacktivismismo e ciberterrorismo - do ponto de vista da categorização -, por ter como aspecto de partida e orientação a direção das iniciativas e não a progressão de danos causados.

A categoria final de Denning (2001), o **ciberterrorismo**, corresponde à convergência do ciberespaço e do terrorismo. Aqui encontram-se ações de hackers motivados politicamente que visam causar danos graves que podem ser perdas econômicas ou mesmo humanas. Embora essas categorias de atividades sejam tratadas separadamente, seus limites são difusos, “qualquer ator pode realizar operações em todo o espectro” (DENNING, 2001, p. 241, tradução nossa).

Wray (1998) realizou nos últimos anos do século passado uma análise do que considerou como o surgimento de diferentes termos que representavam fenômenos semelhantes: o hacktivismo e a desobediência civil eletrônica. O final da década de 1990 marcou o momento em que esses fenômenos ganharam evidência na mídia *mainstream* americana, entendidos pelo autor como ação direta extraparlamentar, ou seja, como política diferente da política partidária ou eleitoral.

Assim, buscou examinar essas tendências então emergentes, classificando-as de três formas: **ativismo computadorizado**, **desobediência civil eletrônica** e **hacking politizado**. O **ativismo computadorizado** tem origens na história da pré-web até meados dos anos 1980, surgindo nas intersecções dos movimentos político-sociais e da comunicação mediada por computador, porém mantendo-se marginal a tais movimentos até meados da década seguinte, quando surgem os navegadores e a internet começa a ganhar adesão. Essa forma de ativismo sendo definida apenas como o uso da infraestrutura da rede como meio para a comunicação dos ativistas se torna menos ameaçadora ao poder, do que defini-la com objeto e local de ação.

A **desobediência civil eletrônica** é definida como uma forma de ação direta descentralizada que emprega bloqueios e *sit-ins* virtuais. Wray (1998) destaca que a expressão desobediência civil eletrônica foi cunhada pelo grupo de artistas e teóricos Critical Art Ensemble, que publicou trabalhos nos quais defendia e propunha maneiras de aplicar à infraestrutura da rede as táticas dos protestos de rua. Desse modo, o grupo havia adotado um posicionamento que compreendia a internet como um meio de comunicação, de palavras, e também como um local de ação direta.

Já o **hacking politizado** está associado à tática de acessar e alterar *sites*. Ao contrário da anterior, nessa forma de ação política o anonimato é preferido pelas pessoas que a fazem. Esse tipo de atividade é diferente por não requerer uma política de mobilização ou participação, fato que está relacionado à ação individual, uma característica da

atividade *hacker*, assim como ao aspecto da ilegalidade (em diferentes graus) atribuído à prática.

**Quadro 1:** Compilação das tipologias do ciberativismo

Autoria	Orientação	Tipos
Wray (1998)	Portais para olhar a ação direta política extraparlamentar na internet.	Ativismo computadorizado; Desobediência civil eletrônica; <i>Hacking</i> politizado.
Denning (2001)	Progressão de danos e perturbações causadas.	Ativismo; Hacktivism; Ciberterrorismo.
Langman e Morris (2002)	Combinação dos tipos de ação social em relação à internet e de esfera social.	<i>Internetworking</i> (Interconexão em rede); Fluxos de capital e informação; Mídia alternativa; Ciberativismo direto (hacktivism); Contestação e construção da internet; Comunidades on-line.
Vegh (2003)	Direção das iniciativas.	Conscientização/apoio; Organização/mobilização; Ação/reação (Hacktivism).
Ugarte (2007)	Forma estratégica das ações.	Campanha; <i>Swarming</i> (enxameamento).
Earl <i>et al.</i> (2010)	Tipos ideais examinados em pesquisas existentes.	Folheto digital ( <i>brochure-ware</i> ); Facilitação on-line do ativismo off-line; Participação on-line; Organização on-line.
Millaleo e Velasco (2013)	Interatividade (dimensão tecnológica) e identidade (forma discursiva).	Meta-ativismo; Ativismo de empoderamento; Ativismo de janela; Ativismo de guerrilha.
Valencia Rincón (2014)	Vertentes ideológicas dos ativistas da internet	Defensores da privacidade; Antimarcas; Lacuna digital; <i>Software</i> livre; <i>Copyleft</i> e <i>Digital commons</i> ; Hackers e Hacktivistas; Criadores de vírus.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

No Quadro 1 compilamos as classificações tipológicas apresentadas aqui sobre o que tem sido denominado de ciberativismo. Cada autor propõe uma classificação a partir de uma determinada orientação, ou seja, em que se respalda para poder elaborá-las, originando tipos (categorias) que servem como balizadores operacionais sistemáticos de análise dos objetos empíricos particulares investigados. As categorizações emergem não só para, mas também a partir da observação dos fenômenos.

O hacktivismismo é um tipo recorrente em várias das classificações apresentadas. Como já mencionado, a história do ciberativismo está relacionada ao próprio desenvolvimento das redes digitais, a chamada cultura *hacker* está presente nos conflitos de poder desde a década de 1970, a internet hacker do modem e da telefonia, multiplicando as conexões entre os micronós que faziam outros usos da rede (MALINI; ANTOUN, 2013). Assim, como descrevem Di Corinto e Tozzi (2002), é recorrente no hacktivismismo o uso não convencional do computador para melhorar algo útil com implicações sociais, políticas e culturais para o mundo. Nesse sentido, segundo os autores, pode ser compreendido como conjunto de práticas sociais, comunicativas, valores e estilos de vida que estão em conflito com os valores do pensamento dominante (individualismo, lucro, propriedade privada, autoridade, delegação e passividade social).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, apresentar algumas compreensões correntes relativas ao ciberativismo, sob diferentes perspectivas, que podem se complementar ou não em um entendimento como conceito mais difundido. Alguns autores propõem uma problematização maior do próprio conceito, de como e o quanto interfere na interpretação das práticas realizadas nas e em redes digitais de comunicação distribuída.

As diferentes classificações tipológicas apresentadas procuram dar conta da diversidade de manifestações e ações, partindo de determinado entendimento de ciberativismo. Os tipos mudam a cada perspectiva e contexto, não permanecem estáticos - mesmo que recorrentes -, cabendo constantes aprofundamentos e reinterpretações. Embora as diferenças existam e sejam aclaradas, ressalta-se que as conclusões não necessariamente se anulam, são esforços para entender as mudanças sociais dentro dos limites das disciplinas em que se encontram. Parafraseando Garret (2006), essa pluralidade é produtora para a literatura porque dispõe vários repertórios com ferramentas para análise dos fenômenos em e nas redes digitais, que podem ser discutidas, aprimoradas ou mesmo refutadas.

Como já advertimos, esta revisão apresenta apenas algumas concepções e classificações do que se chamou aqui de ciberativismo, que são frequentemente acionadas em muitos trabalhos acadêmicos sobre o tema. As discussões marcam posições nem sempre semelhantes, divergindo em vários aspectos, assim salientando os imbróglios que cercam a temática.

As noções de ciberativismo resgatadas oportunizam englobar tanto práticas emancipadoras quanto o contrário. Isso, talvez, esteja relacionado com alguma dificuldade em delinear as próprias fronteiras dessas práticas e se, realmente, podem ser consideradas ciberativistas. O que se relaciona com o fato de que a profundidade e o alcance dessas ações são, com recorrência, resgatados nas discussões que questionam tanto os processos quanto os resultados delas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana da Rosa; MONTARDO, Sandra Portella. Mapeamento temático da História da cibercultura no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. *Anais [...]*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2241-1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

AMARAL, Adriana da Rosa; MONTARDO, Sandra Portella. Pesquisa em Cibercultura: análise da produção brasileira da Intercom. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 102-116, 2011. Disponível em: [http://www.logos.uerj.br/PDFS/34/08\\_logos34\\_montardo\\_amaral\\_pesquisa.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/34/08_logos34_montardo_amaral_pesquisa.pdf). Acesso em: 7 ago. 2020.

AMARAL, Adriana da Rosa; MONTARDO, Sandra Portella. Pesquisa em cibercultura e internet: estudo exploratório-comparativo da produção científica da área no Brasil e nos Estados Unidos. *Conexão - Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, p. 57-73, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/618/457>. Acesso em: 7 ago. 2020.

ARAÚJO, Willian Fernandes. **We open governments**: análise de discurso do ciberativismo praticado pela organização WikiLeaks. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

BOULIANNE, Shelley. Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research. *Political Communication*, Washington, DC, v. 26, n. 2, p. 193-211, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CONDORELLI, Antonino. **Da mobilização ciberativista a uma biopolítica das redes**. *In*: NET-ACTIVISM INTERNATIONAL CONGRESS, 2., 2015, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2015.

DENNING, Dorothy E. Activism, hacktivism, and cyberterrorism: the internet as a tool for influencing foreign policy. *In*: ARQUILLA, John; RONFELDT, David. (ed.). **Networks and netwars: the future of terror, crime, and militancy**. Santa Monica: RAND Corporation, 2001. p. 239-288.

DI CORINTO; Arturo; TOZZI, Tommaso. **Hacktivism: la libertà nelle maglie della rete**. Roma: Manifestolibri, 2002.

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013.

EARL, Jennifer *et al.* Changing the world one webpage at a time: conceptualizing and explaining internet activism. *Mobilization: an international journal*, Martinstown, v. 15, n. 4, p. 425-446, 2010.

GARRET, R. Kelly. Protest in an information society: a review of literature on social movements and new ICTs. *Information, Communication and Society*, London, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2006.

HARP, Dustin; BACHMANN, Ingrid; GUO, Lei. The whole online world is watching: profiling social networking sites and activists in China, Latin America, and the United States. *International Journal of Communication*, Los Angeles, v. 6, n. 1, p. 298-321, 2012.

LANGMAN, Lauren; MORRIS, Douglas. Internet mediation: a theory of alternative globalization movements. *In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON COMMUNITY INFORMATICS*, 1., 2002, Montreal. *Proceedings [...]*. Los Angeles: CSU, 2002.

LEMOS, André. Ciberativismo. *Correio Brasiliense*, Brasília, DF, 15 nov. 2003. Caderno Pensar. Disponível em: <https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MILLALEO, Salvador; VELASCO, Patricio. *Activismo digital em Chile: repertorios de contención e iniciativas ciudadanas*. Santiago de Chile: Fundación Democracia y Desarrollo, 2013.

MORAES, Dênis de. O ativismo digital. *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, [S.l.], p. 1-14, 2001.

PARK, Hun Myoung; PERRY, James L. Do campaign web sites really matter in electoral civic engagement? Empirical evidence from the 2004 Post-Election Internet Tracking Survey. *Social Science Computer Review*, Thousand Oaks, v. 26, n. 2, p. 190-212, 2008.

RHEINGOLD, Howard. *Multitudes inteligentes: la próxima revolución social*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Ciberativismo: definições, origens e possíveis classificações. *In: LEMOS, André (org.). Cibercidade II: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: E-papers, 2005. p. 249-276.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, [S.l.], p. 1-11, 2003.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1º nov. 2019.

SCOLARI, Carlos. *Hipermediaciones: elementos para una Teoría de la Comunicación Digital Interactiva*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

SILVA, Juremir Machado da. Os suportes da comunicação: entre meio e poder. *MATRIZES*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 47-57, 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, n. 86, p. 28-39, 2010.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. *Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Crítica, 2010.

UGARTE, David de. *El poder de las redes: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo*. Madrid: Edição do autor, 2007.

VALENCIA RINCÓN, Juan Carlos. Propuesta de tipología de los movimientos sociales em internet. *In: VALENCIA RINCÓN, Juan Carlos; CORREDOR, Claudia Pilar García. (ed.). Movimientos sociales e internet*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2014. p. 21-46.

VALENZUELA, Sebastián. Unpacking the use of social media for protest behavior: the roles of information, opinion expression, and activism. *American Behavioral Scientist*, Sedona, v. 57, n. 7, p. 920-942, 2013.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the world bank. *In: McCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (ed.). Cyberactivism: online activism in theory and practice*. New York: Routledge, 2003. p. 71-96.

WRAY, Stefan. Electronic civil disobedience and the world wide web of hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics. *Switch New Media Journal*, San Jose, v. 4, n. 2, 1998. Disponível em: <https://gloriagduran.com/wp-content/uploads/2013/03/netaktivizam.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

Artigo recebido em 26 de outubro de 2018.

Artigo aceito em 02 de dezembro de 2019.